Um parecer, um congresso e uma revista:
a Instrução pública em debate no Brasil Império (1882- 1884)

Fernanda Fontes (UERJ)

Paulo Sily (UERJ)

Eixo 4: Políticas educativas y disputas por lo público en la história de la educación.

Tomando a educação como área de permanente disputa, expressa, por exemplo, em livros, revistas e impressos diversos, este trabalho tem por objetivo situar o debate sobre a instrução pública, ocorrida nos anos de 1880, última década do regime monárquico brasileiro, na Capital do Império. A escolha por tal temática e a pesquisa realizada justificam-se frente aos atuais desafios do campo educacional em muitos países e, de modo especial, os da América, dentre os quais se pode destacar a universalização da intrução primária, nos marcos de políticas neoliberais, em curso, objetivando a prevalência dos interesses privados na economia e na sociedade em detrimento do público, atingindo diretamente a educação no Brasil e em outros países. Para realização dessa pesquisa, analisamos um conjunto documental composto por proposta de Reforma do Ensino; Pareceres para Congresso da Instrução e um periódico pedagógico. O primeiro se refere a pareceres relativos à reforma de 1879, elaborados por uma comissão de três deputados, da Bahia, Alagoas e Ceará, apresentados à Câmara de Deputados (1882); o segundo, diz respeito aos pareceres de professores primários e autoridades em educação sobre "questões que interessem à Intrução Pública na Corte e nas Províncias" do Brasil para serem tratadas no Congresso da Instrução (1883) e o terceiro, a *Revista da Liga do Ensino,* com quatro edições, publicada em 1884. No entrecruzamento dessas fontes procuramos analisar questões, argumentos e propostas acerca do ensino público, particularmente o primário, tendo em conta o contexto histórico e as condições da instrução no Brasil, estabelecendo proximidades e distanciamentos possíveis, considerando a diversidade de posições dos agentes - educadores, professores, políticos e interessados - em tempos de nacionalização da educação e de racionalização da instrução. Este estudo fornece pistas para a identificação de algumas das principais questões relativas à instrução pública no período estudado, no sentido de servirem de referência para reflexões de outros presentes. Além disso, até onde foi possível observar, a diversidade de enunciados relativos à instrução no Brasil do final do oitocentos, procura afirmar as defesas do chamado Estado educador, da obrigatoriedade, gratuidade, laicidade e liberdade de ensino.

Bibliografia

ATAS E PARECERES DO CONGRESSO DA INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO. RJ: Typographia Nacional, 1884, p. 1 – 33.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução Elementar no século XIX. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. 4ª ed. BH: Autêntica, 2010, 4ª edição, p. 135 – 150.

GONDRA, J. G.; SCHUELLER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. SP: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação).

REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO E VÁRIAS INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. In: *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. X (1883), Tomos I, II e III. RJ: Ministério da Educação e Saúde, 1946/1947.

REVISTA DA LIGA DO ENSINO. RJ: Livraria Contemporânea de Faro & Lino, 1884.